

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
2ª VARA DO TRABALHO DE ALFENAS – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
ANTÔNIO NEVES DE FREITAS**



**JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)**

Lei de Criação nº 12.616, de 30-4-2012

Data da instalação: 29-10-2013

Data de implantação do PJe: 8-8-2014

Jurisdição: Alfenas, Alterosa, Areado, Campo do Meio, Campos Gerais, Carmo do Rio Claro, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Cordislândia, Divisa Nova, Fama, Machado, Paraguaçu, Poço Fundo e Serrania.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 6-11-2020, p. 5.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 1-8-2019

Às 8h30min do dia doze de novembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça a 2ª Vara do Trabalho de Alfenas, situada na Avenida São José, 117, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Antônio Neves de Freitas**; o Secretário da Vara do Trabalho, Sr. José Manoel Tofano; os servidores Dalila de Melo Cardoso Vieira, Edgard José Pan, Elizabeth Prado Silva de Souza, Guilherme Carvalho Barboza Elias, Lorryne Oliveira Carvalho, Marta Helena da Silva Lima, Neide Aparecida Santana Marques, Rafael dos Santos Custódio; a estagiária Letícia Oliveira Meira.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 625 processos, distribuídos neste ano até o dia 29-10-2020, apurando-se a média de 3,2 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 51 cartas precatórias, dentre elas 17 executórias, até o dia 29-10-2020, das quais 39 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 168 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 65 processos foram remetidos neste ano até o dia 29-10-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 20 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 65 processos com perícia designada.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 436 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 8 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se que não há processos sobrestados.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Alfenas - 02a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	20,81	18,53	16,22	19,25	25,90

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 29-10-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	36
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	135
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	34

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: São os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	10
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	-	-
2017	-	-
2018	-	-
2019	11	1
2020 – ano de referência	194	
TOTAL	205	0,05

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de outubro até o dia 29-10):

Processo	Tarefa
0010171-24.2019.5.03.0169	Cumprimento de Providências
0010293-37.2019.5.03.0169	Elaborar despacho
0010479-18.2019.5.03.0086	Cumprimento de Providências
0010617-27.2019.5.03.0169	Aguardando audiência
0010635-48.2019.5.03.0169	Aguardando audiência
0010736-85.2019.5.03.0169	Aguardando audiência
0010782-74.2019.5.03.0169	Análise
0010789-66.2019.5.03.0169	Elaborar despacho
0010806-05.2019.5.03.0169	Aguardando prazo

0010821-71.2019.5.03.0169	Aguardando audiência
0010881-44.2019.5.03.0169	Aguardando audiência
0010007-25.2020.5.03.0169	Aguardando audiência
0010033-23.2020.5.03.0169	Elaborar sentença
0010055-81.2020.5.03.0169	Elaborar despacho
0010076-57.2020.5.03.0169	Aguardando audiência
0010080-94.2020.5.03.0169	Elaborar sentença
0010104-25.2020.5.03.0169	Assinar sentença
0010109-47.2020.5.03.0169	Aguardando audiência
0010110-32.2020.5.03.0169	Preparar expedientes e comunicações
0010118-09.2020.5.03.0169	Elaborar sentença

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	234

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	125

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de execução (item 90383)	341

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	34

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Alfenas - 02a Vara				
	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	74,26	46,49	62,56	43,42	60,85

Existem 383 processos em fase de execução, assim discriminados:

- 251 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- 4 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- 128 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- não há processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2020 até 29/10/2020

No ano anterior, até dia 29/10/2019 - havia 353 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 237 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 1 processo suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 115 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de agosto até o dia 29-10):

Processo	Tarefa
0000118-91.2013.5.03.0169	Elaborar despacho
0010203-05.2014.5.03.0169	Cumprimento de Providências
0010476-47.2015.5.03.0169	Elaborar despacho
0010367-33.2015.5.03.0169	Aguardando prazo
0010935-49.2015.5.03.0169	Aguardando final do sobrestamento
0010937-19.2015.5.03.0169	Aguardando final do sobrestamento
0010702-52.2015.5.03.0169	Cumprimento de Providências
0010282-81.2014.5.03.0169	Cumprimento de Providências
0010052-68.2016.5.03.0169	Análise
0010219-85.2016.5.03.0169	Cumprimento de Providências
0010346-57.2015.5.03.0169	Aguardando prazo
0010366-48.2015.5.03.0169	Cumprimento de Providências
0010354-97.2016.5.03.0169	Elaborar sentença
0011281-97.2015.5.03.0169	Aguardando prazo
0011058-47.2015.5.03.0169	Aguardando prazo
0010479-02.2015.5.03.0169	Cumprimento de Providências
0010358-37.2016.5.03.0169	Acordos vencidos
0000439-92.2014.5.03.0169	Aguardando final do sobrestamento
0011080-71.2016.5.03.0169	Cumprimento de Providências
0010739-45.2016.5.03.0169	Cumprimento de Providências

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10):

Decisões na execução	2019	2020
01-JANEIRO	10	9
02-FEVEREIRO	30	43
03-MARÇO	27	6
04-ABRIL	44	14
05-MAIO	52	13
06-JUNHO	33	12
07-JULHO	26	26
08-AGOSTO	61	23
09-SETEMBRO	42	20
10-OUTUBRO	47	19
Totais	372	185

Execuções por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ANTONIO NEVES DE FREITAS	2			14	13	11	3	11	20	18
SAMANTHA DA SILVA HASSEN BORGES								8		
WILLIAM MARTINS	5	35	6				23	4		
Totais	7	35	6	14	13	11	26	23	20	18

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10):

Alvarás	2019	2020
01-JANEIRO	42	51
02-FEVEREIRO	56	51
03-MARÇO	50	36
04-ABRIL	43	38
05-MAIO	97	70
06-JUNHO	52	64
07-JULHO	48	55
08-AGOSTO	53	42
09-SETEMBRO	37	40
10-OUTUBRO	51	51
Totais	529	498

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 29-10-2020, existem 21 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	5

Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	13
Tutelas Provisórias Pendentes	3
Total	21

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 12-11-2020 havia 9 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo**: 4 processos;
- b) **procedimento ordinário**: 3 processos;
- c) **instrução**: 2 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010595/20, 0010625/20, 0010591/20, 0010622/20, 0010624/20, 0010599/20, 0010626/20, 0010494/20, 0010392/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho não possui, processos físicos.

Exame dos autos dos processos 0010480/20, 0010557/20, 0010592/20, 0010619/20, 0010486/20, 0010576/20, 0010565/20, 0010586/20, 0010575/20, 0010533/20, 0010570/20, 0010596/20, 0010506/20, 0010524/20, 0010138/20, 0010462/20, 0010323/20, 0010521/20, 0010333/20, 0010615/20, 0010610/19, 0010573/20, 0010552/20, 0010148/20, 0010610/20, 0010173/20, 0010490/20, 0010712/19, 0010508/20, 0010538/20, 0010241/20, 0010120/20, 0010300/20, 0010277/20, 0010304/20, 0010065/19, 0010096/20, 0010250/19, 0010169/19, 0010114/19, 0010670/19, 0010015/20, 0010071/20, 0010731/19, 0010209/20, 0010194/20, 0010260/20, 0010165/18, 0010440/20, 0010600/19, 0010512/20, 0010594/20, 0010460/20, 0010415/20, 0010464/20, 0010479/20, 0010417/20, 0010560/20, 0010362/20, 0010561/20, 0010128/19, 0010092/20, 0010591/18, 0010929/16, 0010584/16, 0010378/19, 0010390/19, 0010508/19, 0010457/19, 0010338/20, 0010762/19.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010570/20, 0010596/20, 0010506/20, 0010524/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;
- 0010241/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 71e5e7c (mais de 10 dias);
- 0010096/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 7ca453a (mais de 20 dias);
- 0010209/20: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 3ff77d0 (mais de 10 dias);
- 0010165/18: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 4a9137f (sem movimentação há mais de 20 dias);
- 0010600/19: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 113aa40 (sem movimentação há mais de 20 dias).

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 3 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010257-29.2018.5.03.0169	Aguardando apreciação pela instância superior
0010546-88.2020.5.03.0169	Prazos Vencidos
0010641-60.2016.5.03.0169	Elaborar despacho

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 2 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010296-55.2020.5.03.0169	Aguardando apreciação pela instância superior

0011020-35.2015.5.03.0169

Aguardando prazo

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	26	29	46
Instrução processo físico	-	-	-
Instrução processo eletrônico	73	62	88

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	12	18	01/12/2020 – 14 dias
Procedimento Ordinário	12	15	01/12/2020 – 13 dias
Instrução	30	34	01/03/2021 – 58 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 29-10-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	552	90

2) 2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a	162	91

data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)		
---	--	--

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	124	414
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	9	655

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil
Julgados procedentes	26	0,1
Julgados procedentes em parte	180	0,7
Julgados improcedentes	64	0,2
Extintos com resolução de mérito	1	0,004
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	271	1,1
Extintos sem resolução de mérito	11	0,04

Arquivamento	55	0,2
Desistência	45	0,1
Outras decisões sem exame de mérito	32	0,1
Total sem exame de mérito	143	0,6
Decisões de conhecimento	414	1,8
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	58	0,2
Decisões na fase de execução	27	0,1
Total	499	2,1

No ano de 2020, até o dia 29-10, com 192 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	22	0,1
Julgados procedentes em parte	91	0,4
Julgados improcedentes	30	0,1
Extintos com resolução de mérito	1	0,005
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	144	0,7
Extintos sem resolução de mérito	7	0,03
Arquivamento	29	0,1
Desistência	31	0,1
Outras decisões sem resolução de mérito	33	0,1
Total sem resolução de mérito	100	0,5
Decisões de conhecimento	244	1,2
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	38	0,19
Decisões na fase de execução	22	0,11

Total	304	1,5
--------------	------------	------------

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

– Em outubro de 2020, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	9	0,4
Conciliação em execução	2	0,3
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	0	0
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	41	1,9
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	3	0,1
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	31	1,4
Una/Una (rito sumaríssimo)	14	0,6
Total	100	5

No mês de outubro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 30 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10:

Conciliação por fases	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	23	15	2	4	1	2
02-FEVEREIRO	54	38	5			2
03-MARÇO	36	25	4	5	5	1
04-ABRIL	39	5		1		
05-MAIO	37	23	1	3	2	3
06-JUNHO	40	55	3	4	2	2
07-JULHO	49	45	1	5		3
08-AGOSTO	44	40	5	4	1	
09-SETEMBRO	53	51		4	2	1
10-OUTUBRO	38	32	2	8		1

Totais	413	329	23	38	13	15
---------------	-----	-----	----	----	----	----

Conciliação por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ANTONIO NEVES DE FREITAS	3			4	29	59		25	56	36
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI										5
SAMANTHA DA SILVA HASSEN BORGES								19		
WILLIAM MARTINS	17	40	31	2		2	53			
Totais	20	40	31	6	29	61	53	44	56	41

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10):

Audiências	2019	2020
01-JANEIRO	53	45
02-FEVEREIRO	124	96
03-MARÇO	93	69
04-ABRIL	124	
05-MAIO	118	66
06-JUNHO	104	101
07-JULHO	100	170
08-AGOSTO	94	125
09-SETEMBRO	119	151
10-OUTUBRO	120	100
Totais	1049	918

HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS								1	
SAMANTHA DA SILVA HASSEN BORGES							45		
WILLIAM MARTINS	45	96	69		8	159			
Totais	45	96	69	66	101	170	125	151	100

Foram realizadas 28 audiências de 1-11-2020 até o dia 10-11-2020 e designadas 79 de 11-11-2020 até do dia 30-11-2020.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10):

Sentenças	2019	2020
01-JANEIRO	41	39
02-FEVEREIRO	92	73
03-MARÇO	75	45

04-ABRIL	59	6
05-MAIO	88	29
06-JUNHO	54	69
07-JULHO	97	101
08-AGOSTO	81	73
09-SETEMBRO	85	80
10-OUTUBRO	67	53
Totais	739	568

Sentenças por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10
ANTONIO NEVES DE FREITAS	7	1		4	29	68	9	46	80	53
MURILLO FRANCO CAMARGO	10	2					1			
ROSERIO FIRMO	2									
SAMANTHA DA SILVA HASSEN BORGES								27		
WILLIAM MARTINS	20	70	45	2		1	91			
Totais	39	73	45	6	29	69	101	73	80	53

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de outubro 2020 apurado até dia 29-10):

Despacho	2019	2020
01-JANEIRO	448	647
02-FEVEREIRO	792	989
03-MARÇO	546	590
04-ABRIL	528	210
05-MAIO	632	470
06-JUNHO	586	648
07-JULHO	531	817
08-AGOSTO	786	566
09-SETEMBRO	709	543
10-OUTUBRO	849	477
Totais	6407	5957

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação do Secretária da Vara do Trabalho, que, no período da pandemia da COVID-19, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 13h30min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 15 minutos para as de procedimento ordinário e de 30 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2018	2019	2020 até 29-10
Processos recebidos	889	860	625
Média por dia útil	3,9	3,7	3,2
Processos remanescentes do ano anterior	210	163	232
Sentenças anuladas	5	5	2
Total de processos para solução	1.104	1.028	859
Processos solucionados	955	899	568
Processos conciliados	482	485	324
Produtividade	86,50%	87,45%	66,12%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 3,2% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 0,95%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 29-10-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	324
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	568

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	568
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	627

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	182
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	163

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 29-10-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	234
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	545

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	341
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	159

Execução

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 29-10-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	545
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	159
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	9

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	234
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	341
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	9

Perfil da Vara do Trabalho		Alfenas - 02a Vara			
Indicadores / Período de referência	Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020	2º trim 2020	3º trim 2020	
		01/04/2019 a 31/03/2020	01/07/2019 a 30/06/2020	01/10/2019 a 30/09/2020	
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,02	0,27	0,13	0,06
	I02 - Pendentes	555	599	709	693
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	67,14	63,34	65,21	77,12
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	99,29	88,89	86,20	96,17
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	453,11	454,17	440,53	410,56
	I07 - Taxa de conciliação (%)	53,48	53,30	55,79	55,12
	I08 - Taxa de solução (%)	104,34	99,65	88,46	90,60
	I13 - Taxa de execução (%)	173,86	181,53	180,79	144,29
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	19,18	23,27	27,28	25,90
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	43,42	45,56	53,82	60,85
	I11 - Produtividade por servidor	132,89	128,44	111,00	101,22
I12 - Pendentes por servidor	54,56	60,78	65,00	63,89	
Meso	Acervo	0,07	0,11	0,11	0,10
	Celeridade	0,13	0,13	0,13	0,16
	Produtividade	0,49	0,53	0,55	0,51
	Congestionamento processual	0,30	0,35	0,42	0,41
	Força de trabalho	0,43	0,45	0,48	0,44

Macro	IGEST	0,2835	0,3121	0,3369	0,3238
Posição IGEST		5	11	22	20
Movimentação processual		1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500	0751 a 1000

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$1.818.813,01	R\$468.179,33

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, não há Portaria em vigor.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que em 5 foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,56% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste

Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 84,89%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 86,8%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 108,19%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 126,56% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 69,07% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,48%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 120,63%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o percentual alcançado foi de 77,78% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,59%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 67,14 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 40,44%%, tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 30-9-2020, o tempo médio alcançado foi de 89,71 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169,24 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, ao Secretário e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;
- 3) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;
- 4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 5) reduzida a quantidade de processos na fase execução, tendo em vista o aumento do número de processos no ano de 2020 em relação ao mesmo período do ano 2019, conforme o item 1.10 da ata;
- 6) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

7) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

8) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

9) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

10) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

11) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

- 1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I do CPC;
- 2) ao executar os atos processuais, observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228 do CPC;
- 3) promovida a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, num total mensal de no mínimo 30 audiências, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h30min do dia doze de novembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 171/2020, publicado no DJe 6-11-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

Maristela Iris da Silva Assinado de forma digital por
Maristela Iris da Silva
Malheiros:30831806
Dados: 2020.11.16 18:36:18 -03'00'
Malheiros:30831806

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO Assinado de forma digital por MOZART
SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Dados: 2020.11.12 16:36:15 -03'00'
DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria